



A dimensão temporal em tempos pandêmicos

Ofélia Maria Marcondes

Os tempos pandêmicos nos remetem a uma certa contradição de supressão e ampliação do tempo. O trabalho remoto ou teletrabalho, as atividades síncronas de ensino, as videoconferências e as reuniões virtuais nos levam a pensar uma nova relação com o tempo, não mais como duração, mas como dimensão. O tempo *on-line* como dimensão invade a esfera do privado e inaugura novas formas de opressão aliadas ao empreendedorismo de si e coloca diante da tradição do “bater o ponto” novos desafios de controle sobre o trabalho. Vendemos nosso tempo e não nossa força de trabalho. E como negociamos o tempo em tempos pandêmicos? Qual o limite do tempo já que não temos mais o tempo como duração, como jornada de trabalho? Postas estas questões, pretendemos refletir sobre a dimensão temporal nas relações virtuais de trabalho e de ensino remoto e como disto derivam as relações de opressão. Este ensaio se insere numa filosofia do tempo sobre a experiência temporal em tempos pandêmicos tendo-se em vista uma possível perda da temporalidade linear e a construção de uma nova temporalidade como experiência social. Tomo como ponto de partida para estas reflexões a afirmação de Cohn sobre o tempo: “o termo *tempo* se refere a algo muito mais importante e muito mais fundo do que a mera duração ou sequência dos eventos” (COHN, 2016, p. 34, grifo do autor); e ir “muito mais fundo”, aqui neste ensaio, refere-se a pensar sobre o tempo em “tempos de pandemia” entendido como um tempo histórico carregado de sentido, compreendendo o tempo histórico como “*tempo socialmente organizado* em múltiplas formas” (COHN, 2016, p. 36, grifo do autor). Uso “tempos pandêmicos”, no plural, porque são muitos tempos concorrendo e nos colocando fora da existência

como consciência da temporalidade e da história: tempo de distanciamento físico e nova configuração das relações, tempo virtual como tempo real, tempo de teletrabalho que atravessa o tempo da vida privada, etc.

Os tempos pandêmicos são, na verdade, uma época, um modo temporal, como diria Cohn, que, para nós, se constitui o tempo presente, o tempo em que produzimos nossa existência. Uma existência que é histórica, portanto, temporal. Essa temporalidade envolve a ideia de continuidade, mas também a ideia de finitude, pois nascemos e morremos nesse tempo histórico que começou antes de nós e continuará depois de nós. A continuidade, portanto, independe da inserção de nossa existência singular nessa temporalidade; por outro lado, existimos porque estamos inseridos nessa temporalidade que é a síntese passado-presente-futuro; síntese da temporalidade porque não há presente sem passado, como não há futuro sem uma projeção dele no presente. Na verdade, somos essa síntese passado-presente-futuro porque é no presente que reconstruímos o passado e projetamos o futuro. Falar em passado como algo distinto do presente e do futuro, ou falar do futuro sem referência ao presente e ao passado cumpre apenas a exigência de uma análise, sem correspondência com a experiência de temporalidade. Como Paulo Freire, em *Educação como prática de liberdade*, disse, existimos quando tomamos consciência de que somos sujeitos da temporalidade e na temporalidade; quando não temos essa consciência, apenas vivemos, levados pela ideologia hegemônica, sem um pensamento crítico fincado na realidade.

Existir ultrapassa viver porque é mais do que estar no mundo. É estar nele e com ele. E é essa capacidade ou possibilidade de ligação comunicativa do existente com o mundo objetivo, contida na própria etimologia da palavra, que incorpora ao existir o sentido de criticidade que não há no simples viver. Transcender, discernir, dialogar (comunicar e participar) são exclusividades do existir. O existir é individual, contudo só se realiza em relação com outros existires. Em comunicação com eles (FREIRE, 2019, p. 57).

A existência é o fluxo de experiências com significado, ou seja, as experiências acompanhadas da consciência da temporalidade, da história e na inserção no mundo como o espaço dos eventos, acontecimentos. Os acontecimentos são as experiências sócio-históricas, singulares e sociais, que constituem o mundo como espaço-tempo da existência humana.

E como produzir a existência justamente em tempos pandêmicos, numa situação que nos exige distanciamento físico, sem qualificá-lo como distanciamento social, pois as relações sociais acontecem, mesmo que de modo diferente do que vivenciávamos antes da pandemia? Pensar num certo modo de viver é justamente estabelecer uma distinção entre como vivíamos e como estabelecíamos nossas relações de trabalho, de consumo, de vida social e como passamos a viver. Em outras palavras, “modo” nos exige pensar em modificação, já que comparamos um momento anterior ao atual. Modificamos as relações, modificamos o modo de existir em razão da mudadas condições de saúde pública.

Este “novo” modo de existência acirra ainda mais as desigualdades sociais e econômicas e nos coloca diante de uma dependência da tecnologia para a execução do trabalho de modo remoto em contraposição ao modo presencial. De quem é o ônus desse “novo” modo de trabalho? E aqueles que não têm condições de realizar trabalho remoto? Jogados na existência de um vírus que rapidamente se espalha, os trabalhadores que exercem funções “manuais” e que exigem uma presença física são as vítimas da pandemia como já eram vítimas das relações de trabalho pautadas pela lógica capitalista. De modo geral, as pessoas são “jogadas” na forma de produção da existência em que pesa a ideologia de que é o trabalho que sustenta a vida, que dignifica o ser humano, uma ideologia que mescla a promessa de uma vida melhor com a promessa de permanecer vivo. Essa lógica do trabalho assalariado como única forma de produção da existência humana é resultado da ideologia capitalista que deu as mãos à ideologia de um cristianismo que encerra a promessa de vida na promessa de vida após a morte. Essa mesma lógica do trabalho assalariado origina uma ética que exige que o trabalhador diga sim às péssimas condições de trabalho e de vida, pois sua salvação não está na vida terrena, mas em outra vida, bem como seu sofrimento é apenas parte do processo de expiação ou melhoria de sua alma. Ouço muitos trabalhadores afirmando que deus quis assim e que esse mesmo deus proverá.

Desta maneira, viver nada mais é do que dar uma resposta afirmativa à morte em vida, negando a existência e subordinando seu corpo à ideologia dominante. Nada mais adequado à necropolítica na qual fomos mergulhados nestes tempos pandêmicos.

A tecnologia e as diversas formas de teletrabalho e de ensino remoto nestes tempos pandêmicos nos colocaram diante da supressão do tempo, de um lado, e na ampliação do tempo, de outro. Quero dizer com isto que não estou tratando da ideia de tempo como algo concreto, preenchido de conteúdo e de quefazeres humanos, nem tampouco da ideia de tempo medido pelo relógio e que torna concretas as relações de trabalho. O tempo-relógio, como um esforço de padronização, como instrumento para o controle disciplinador do tempo e da atividade produtiva, regula as relações sociais, assim como regula a concretude da vida humana; é o tempo-relógio que estabelece o que é a produção, a mercadoria, o conteúdo estudado, o número de aulas ministradas. O tempo-relógio é mais do que uma medida, é, como Marx já havia assinalado, a própria quantidade de trabalho:

Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de seu valor? Por meio da quantidade de “substância formadora de valor”, isto é, de quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc. (MARX, 2013, p. 116).

Postone (2014, p. 220) afirma que “A medida do dispêndio de trabalho humano, que não é uma função da quantidade e da natureza dos produtos é, na análise de Marx, o tempo”. E justamente essa noção de trabalho medido por seu tempo de duração ou como tempo é que vem sofrendo alterações nestes tempos pandêmicos.

A discussão sobre jornada de trabalho trazendo consigo formas de disciplinar, regular o trabalho em função do tempo começa com o próprio processo de industrialização; com a invenção do trabalho assalariado, surge a ideia de

produtividade, noção que passa a regular efetivamente o tempo como uma medida para o trabalho. Estas questões estão presentes ainda hoje mesmo com a alteração de parte do mundo do trabalho que, em tempos pandêmicos, se torna trabalho remoto. Como controlar o tempo do trabalhador, neste tempo virtual de teletrabalho, já que o tempo é a medida do trabalho? Recentemente, uma empresária me afirmou que tem plenas condições de saber quantas horas seu funcionário trabalhou mesmo em teletrabalho. Argumentando contrariamente a isso, cheguei a questionar se não bastava que os funcionários cumprissem as tarefas que lhe cabiam, pergunta para a qual não obtive resposta e confesso que, como trabalhadora, conhecendo as armadilhas do sistema, mesmo em trabalho remoto, mantenho minhas tarefas organizadas de tal modo que responda ao tempo-relógio regulatório do meu tempo-trabalho com registros das atividades realizadas ao longo do dia – um dia de trabalho que se dá muito mais pelo tempo-relógio do que pelas tarefas realizadas – mesmo tendo claro que meu trabalho é muito mais abstrato, no sentido do pensamento, do que concreto, como produção de um dado palpável. Não sou professora, sou uma servidora pública que trabalha 40 horas semanais e, dentro dessas 40 horas, ministro aulas. Esse tempo-relógio estabelece a duração do trabalho que executo e não a qualidade dele e nesse movimento ideológico é que se perde a dimensão humana de trabalho ou a sua dimensão qualitativa, sendo reduzindo ou simplificado a “tempo de trabalho”.

O uso da tecnologia como ferramenta para a realização do trabalho remoto opera tanto para a supressão como para a ampliação do tempo. Supressão porque estamos em nossas casas, mesclando o que entendemos como vida privada com o que chamamos de trabalho; realizamos as tarefas de donas de casa, mães, esposas, ao mesmo tempo que somos professoras, com uma carga de tarefas que vão para além da “sala de aula”. Supressão porque já não sabemos mais se estamos professoras, ocupando o nosso tempo com as tarefas do trabalho regulado pelo tempo-relógio ou se podemos usar o nosso “tempo livre” para “maratonar série de televisão”, comer sossegadamente, brincar com as gatas ou simplesmente tirar um cochilo. A supressão do tempo revela uma mescla irremediável do tempo livre com o tempo produtivo. Da mesma forma, podemos pensar na ampliação do tempo, uma vez que, realizando o trabalho desde nossa casa, estamos também “no trabalho”; estamos no trabalho o tempo todo, assim como estamos em casa o tempo todo. Não é à toa que parte da

sociedade considera que os trabalhadores da educação não estão trabalhando, estão em casa. Essa ampliação do tempo é a melhor resposta que o capitalismo poderia ter: trabalhamos o tempo todo.

Se antes vendíamos a força de trabalho que era sinônimo do tempo destinado ao trabalho, agora, em casa, trabalhamos o tempo todo. Ligados aos equipamentos tecnológicos, respondemos a quaisquer solicitações, a qualquer momento. Esse momento já não é mais linear e nem responde ao tempo-relógio, mas aquele que o seu celular notifica a chegada de uma mensagem. De fato, aquela empresária que citei anteriormente não tem com o que se preocupar, pois a ética do trabalho está tão presente em nossa ideologia que permitimos a ampliação do tempo abstrato e do tempo-relógio concreto inundando nossa vida de tempo produtivo. Estando permanentemente na lógica do trabalho, nossa existência é jogada num vazio de significados temporais, já que não sabemos mais contar o tempo cronológico.

O trabalho remoto, as atividades síncronas de ensino, as videoconferências e as reuniões virtuais nos levam a pensar e a experienciar uma nova relação com o tempo, não mais como duração, mas como dimensão. A dimensão temporal, para além do tempo-relógio, deixa de ser uma linearidade e passa a ser a temporalidade de um eterno presente, já que o devir não mais se apresenta como possibilidade, mas apenas como espera. Estamos todos esperando o retorno às aulas de modo presencial, o retorno ao trabalho com o cartão de ponto regulando nossa presença no local de trabalho e o devir de um corpo presente que em tempos pandêmicos também está suspenso. Essa suspensão do corpo nos coloca numa suspensão do devir. O único devir que parece possível é saber se amanhã, ou na próxima semana, ou no próximo mês, ou no próximo ano estaremos de volta à concretude do trabalho presente regido pelo tempo-relógio, pela presença no local de trabalho ou de ensino. O devir possível é a retomada da linearidade do tempo medido pelo relógio, de um tempo que está, paradoxalmente, suspenso, suprimido e ampliado.

É possível se pensar que esse tempo *on-line* substitui o tempo linear. Estamos permanentemente conectados, mergulhados em uma dimensão temporal outra, modificada. Esse modo de pensar o tempo e o trabalho invade a esfera do privado e inaugura novas formas de opressão aliadas ao empreendedorismo de si, colocando diante da tradição do “bater o ponto” novos desafios de controle sobre o trabalho.

Essa temporalidade não linear dos tempos pandêmicos organizados *on-line* desafia os trabalhadores submetidos à modalidade de trabalho remoto a reorganizar a vida doméstica para dar conta das tarefas múltiplas que surgem. O tempo de trabalho é, agora, também o tempo da vida privada.

Refletir sobre a mudança do conceito de tempo nas condições da pandemia e do teletrabalho ou trabalho remoto me leva a buscar um aprofundamento no entendimento sobre o tempo e como ele se torna um instrumento de opressão. A partir da leitura de Moishe Postone sobre o tempo abstrato a partir de Marx é possível chegar a seguinte proposição: todo produto é dispêndio de trabalho humano, ou seja, todo produto é resultado do tempo, que é também o que há de comum a todo trabalho humano. É o tempo que nos une como trabalhadoras e trabalhadores independentemente do produto que dele resulta. Não é a especificidade do que produzimos que nos unifica ou nos distingue, mas o tempo de duração para a produção de um algo, de uma mercadoria. As relações de trabalho, diferentemente do que se pensa, estão pautadas no tempo de trabalho que, na modernidade, se resume ao tempo-relógio.

Para Postone (2014, p. 220), o valor “não é medido por meio de objetivações particulares de vários trabalhos, mas a partir do que todos eles têm em comum, independentemente da sua especificidade – o dispêndio de trabalho”. Também no teletrabalho tampouco é importante pensar o trabalho a partir de suas objetivações particulares ou de como as subjetividades operam suas formas de lidar com o novo formato de “tempo de trabalho”. O mesmo equívoco que se cometeu com a Educação à Distância (EaD) se comete agora: mera transposição da tradição do trabalho presencial para o trabalho remoto. As relações de opressão perpetuadas pelo controle do tempo do trabalhador estão presentes no teletrabalho. O controle parece ser o mesmo. Quando não se tem uma ferramenta específica para se monitorar o tempo do trabalhador, lança-se mão das reuniões *on-line* para informes e decisões que poderiam ter sido feitos e tomadas por *e-mail*. Aliás, nas redes sociais já é possível encontramos memes retratando essa situação: “essa reunião podia ter sido um *e-mail*”. Ora, reunião atrás de reunião com pautas que poderiam ser um *e-mail* não é instrumento de controle do tempo do trabalhador? Sem dúvida! O excesso de

reuniões que poderiam ser resumidas num *e-mail* não passam de um instrumento de controle do trabalhador: o teletrabalho já tem suas ferramentas de opressão.

Considerando que somos remunerados por uma certa quantidade de tempo destinada ao trabalho e que a ideia capitalista é nos fazer produzir mais em menos tempo, como ficam as relações de trabalho na “modalidade” de teletrabalho? Como efetivar o controle da produção por meios digitais? Uma das formas é a criação de ferramentas *on-line* que mostram ao empregador o “tempo” de conexão, ou seja, o tempo entre ligar e desligar o computador ou qualquer outro equipamento, e isso é o que há de mais opressivo nas relações “digitais” de trabalho: o tempo-relógio é mais importante do que a realização das tarefas de modo efetivo. Se, por um lado, tínhamos uma ideia abstrata ou apriorística de tempo, de outro, a tentativa de torná-lo um dado concreto e mensurável, e foi na modernidade que se criou a ligação entre o trabalho e o tempo-relógio que hoje, em virtude da virtualidade do tempo e do trabalho, essa ligação escorre por entre os dedos do capitalista. O tempo-relógio, desde que foi inventado o instrumento – relógio – de medição do tempo abstrato, serviu como mediador para as relações sociais. Da subjetividade do trabalho humano com o objetivo de produção da existência à objetividade do tempo-relógio como controle da produção de mercadorias vamos observando como as relações de trabalho foram dominadas e se tornaram território de relações de opressão em nome do capital e na construção da ideologia do trabalho remunerado, assalariado, como a única maneira possível de produção da existência humana, construindo-se a ideia de que não há a possibilidade de existência humana sem o trabalho assalariado.

Assim como Postone, estamos analisando o trabalho e o tempo como dados trans-históricos para chegarmos à análise contemporânea cuja determinação histórica é a pandemia. O coronavírus nos colocou diante dos mais de 400 mil brasileiros que morreram em decorrência do adoecimento por COVID-19 que desde fevereiro de 2020 nos aterroriza. A doença nos colocou na situação de pandemia, uma questão de saúde pública que deveria estar acima das decisões econômicas. Primeiro a vida! – diríamos imediatamente, mas a lógica do trabalho como a única maneira de dar conta da existência humana deu vez a uma política que coloca a morte e a economia em primeiro plano; a morte, neste contexto de necropolítica no qual estamos inseridos, não é um ônus, antes, parece ser algo necessário: a morte de pessoas para a

sobrevivência da economia. Nossa existência subjetiva de nada vale diante do discurso que vincula economia e trabalho à produção da existência humana. Essa necropolítica se instala e as mortes não passam de estatísticas anunciadas pelas mídias. É momento de denúncia das relações de opressão. A pandemia coloca a nu a necropolítica, de um lado, e as relações de trabalho, de outro, numa estreita ligação. É o trabalhador mais pobre que mais adoece e mais morre. Aquele trabalhador que foi colocado em situação de teletrabalho adoece mentalmente como resultado das incertezas que estes tempos pandêmicos nos trazem e também por experienciar relações de trabalho extremamente opressoras. Além dos diferentes modos de adoecimento, o trabalhador em teletrabalho tem sofrido diferentes formas de opressão de seu empregador e de certas instituições sociais que colocam em xeque o compromisso desse trabalhador com o “tempo de trabalho” e com a “produtividade” ou a “produção” de um algo que é quase mais abstrato do que o próprio tempo e o próprio trabalho.

O momento histórico em que vivemos nos exige uma reflexão sobre como esse trabalhador particular, engendrado em sua subjetividade e em sua vida privada, passa a lidar com a abstração das relações de trabalho agora em modo remoto. Como a totalidade de seu antigo mundo do trabalho se impõe na vida privada ao adentrar sua casa para se configurar como trabalho é a questão que se põe quando pensamos no tempo como instrumento de opressão. Um tempo que insiste em ser medido pelo relógio e controlado pelo “cartão de ponto” agora torna-se intangível. O tempo é medida para a forma de riqueza ou valor. No capitalismo, o tempo é mediação social objetiva e por isso o trabalho remoto ou teletrabalho é visto como algo ruim porque, em certa medida, escapa ao controle do empregador. Perde-se a medida do valor do produto, um produto como fruto do trabalho e não como uma mercadoria que objetiva o trabalho humano abstrato. Toda relação de trabalho é pautada pela coerção. O empregador sonha estender as horas de trabalho ao máximo com o mínimo de despesa para o máximo de lucro. Neste sentido, o teletrabalho como ampliação do tempo responde ao capitalismo como uma forma positiva em termos da despesa que se tem com o trabalhador. A empresa não precisa mais pagar pela energia elétrica, pelo consumo de água, pelo cafezinho, pelo transporte do trabalhador, que agora está no “conforto do seu lar”, trabalhando. O vale-transporte não foi transformado em auxílio-conectividade ou algo parecido. A despesa com

energia elétrica e com o consumo de água subiu na casa do trabalhador que, na maioria das vezes, não recebe nada em troca. O empregador lucra e acumula mais capital ao ter seu funcionário em teletrabalho ao mesmo tempo que se desespera por perder parte do controle que sobre este exerce.

Os tempos pandêmicos parecem ter nos jogado numa situação sem vida social, sem espaço e sem tempo. Sem vida social porque nos parece que há uma diferença ontológica entre as relações que vínhamos desenvolvendo e alimentando nas redes sociais e a vida social própria do teletrabalho. As primeiras, por prazer e por diversão, foram atravessadas pela segunda. A tela do celular que nos permitia a conexão com os amigos virtuais se transformou em local de trabalho. A sala de aula foi transformada em um espaço virtual no Moodle ou em qualquer outra plataforma que se use para tal fim. Se antes os vídeos de gatinhos ocupavam o nosso imaginário, hoje a coerção da relação de trabalho e uma certa ética do teletrabalho tiram os gatinhos de cena e colocam os *links* de reuniões.

Estamos vivendo um mundo sem espaço, já que a sala de aula, o local de trabalho, o lugar dos *shows* dos nossos artistas preferidos estão no “mundo virtual”, lugar também das comemorações de aniversários, da participação em congressos, das palestras e conferências que antes nos exigiam deslocamentos demorados e custosos. A experiência de se viver sem espaço nos leva a vivenciar situações de aproximação com pessoas que nos pareciam tão distantes. O espaço ampliado do mundo virtual retira nosso espaço privado; por outro lado, esse mundo, já sem espaço, permitiu ao capitalismo uma oportunidade de ampliar o domínio opressor das relações de trabalho: nossa casa, refúgio e ancoradouro de nossa vida privada, torna-se o espaço de trabalho. Nossas crianças correndo pela sala ou nos pedindo ajuda nas tarefas de casa são uma interferência efetiva nas reuniões de trabalho. O carro do ovo que passa pela rua, passa também pelas telas de todos os presentes na reunião. Não são mais possíveis aquelas máximas de que não devemos trazer trabalho para casa ou levar os problemas de casa para o trabalho.

“Sem tempo”, aqui, não é expressão sinônima de não ter tempo para... namorar, ver TV, cozinhar ou dormir; o sentido dessa expressão é justamente a vida e as relações sem a mesma lógica de marcação linear do tempo marcado pelo relógio. Estou sem tempo porque o tempo foi totalmente colonizado pela lógica do trabalho no modo de

teletrabalho. Eu posso trabalhar o tempo todo porque estou a um clique das tarefas de trabalho. Responder ao chefe que envia uma mensagem “fora de tempo” é fácil porque abro minhas redes sociais que se misturam à grande rede de trabalho. O mundo virtual que nos permitia os laços de amizade, a busca de conhecimento, nos encarcera no mundo do trabalho. “Sem tempo” significa a totalidade do tempo. O tempo todo conectado. A conversa com a família indica que estou *on-line* que a chefia vê. Se antes estar em casa era sinônimo de tempo livre, agora significa estar permanentemente conectado e portanto sem tempo e sem espaço.

O mundo virtual dos tempos pandêmicos parece nos colocar numa situação tal que nos faz crer que fora dele e para além dele não há mais nada. A única coisa que resta é a ética do trabalho que colonizou o mundo virtual tornando nossas vidas sem tempo e sem espaço. É esta ética do trabalho em tempos pandêmicos que delinea as novas formas de relação e de dominação numa sinistra transposição do que era o mundo do trabalho marcado pelo tempo e pelo espaço. Postone (2016), em seu artigo intitulado “Repensando o capitalismo e seus futuros”, afirma que a forma de dominação intrínseca ao capitalismo é a dominação das pessoas pelo tempo. O mundo sem tempo e sem espaço coloca o ser humano na esfera do não-existente, assim como o trabalhador em situação de teletrabalho é colocado na permanente relação de trabalho. O capitalismo exerce profundo controle dos trabalhadores ao controlar o tempo das pessoas. Controlar o tempo é estabelecer relações de opressão de modo que a ideologia parece nos convencer de que há um tempo certo para estudar, e por isso a pressão para o retorno presencial das aulas, um tempo certo para trabalhar, um tempo certo para o lazer. Suprimindo os limites do tempo, o teletrabalho torna-se tão ou mais opressivo do que o trabalho num tempo e num espaço determinados.

Somos sujeitos históricos cuja produção da existência está intimamente ligada à consciência da temporalidade. Paulo Freire observa que fora da consciência de sua temporalidade o ser humano não existe:

No ato de discernir, porque existe e não só vive, se acha a raiz, por outro lado, da descoberta de sua temporalidade, que ele começa a fazer precisamente quando, varando o tempo, de certa forma então

unidimensional, atinge o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã. Na história de sua cultura terá sido o do tempo — o da dimensionalidade do tempo — um dos seus primeiros discernimentos. O "excesso" de tempo sob o qual vivia o homem das culturas iletradas prejudicava sua própria temporalidade, a que chega com o discernimento a que nos referimos e com a consciência desta temporalidade, a de sua historicidade. Não há historicidade do gato pela incapacidade de emergir do tempo, de discernir e transcender, que o faz afogado num tempo totalmente unidimensional — um hoje constante, de que não tem consciência. O homem existe — *existere* — no tempo. Está dentro. Está fora. Herda. Incorpora. Modifica. Porque não está preso a um tempo reduzido a um hoje permanente que o esmaga, emerge dele. Banha-se nele. Temporaliza-se (FREIRE, 2019, p. 56-57, grifo do autor).

Tempo histórico não é sinônimo de tempo de trabalho, como também não é mera representação linear do tempo. Tempo histórico é sempre processo e construção dialética de subjetividades e objetividades, ou seja, somos pessoas em relação dialética de (re)construção da vida associada, sendo que o tempo é atribuição de significado aos eventos que não estão necessariamente ordenados ou que mantenham uma configuração imutável. Tempo é memória e projeção; é a síntese passado-presente-futuro. Somos seres de carne e osso em relação com as circunstâncias, tomando as palavras de Leopoldo Zea como referência. Se numa situação de pandemia há uma suspensão do devir, o que nos resta é a consciência de uma parcela dessa temporalidade da existência, o presente. E como presente, somente nos resta o trabalho, já que o tempo de ócio só é permitido depois do trabalho, portanto no amanhã, no devir.

Prado, analisando as relações de trabalho na segunda metade do século XX, faz uma afirmação que cabe bastante bem nesta minha reflexão:

O tempo de trabalho é agora, entretanto, um tempo qualitativamente diferenciado que não pode ser controlado apenas pelo relógio. Em razão

mesmo dessa mudança do modo de trabalhar, o capital tem de passar a comandar não apenas o tempo de trabalho, mas também o tempo de não-trabalho, que se torna menos livre (PRADO, 2005, p. 63).

A linha que separa o tempo de trabalho e o tempo livre já se configurava bastante tênue e agora, com o teletrabalho, bastante tênue está praticamente desfeita.

O teletrabalho colonizado pela mera transposição do trabalho presencial se resume a um eterno presente. Se antes mesmo da pandemia o tempo já era ferramenta de dominação, agora, suprimido e ampliado, torna-se muito mais homogêneo e a tentativa de seu controle muito mais opressora.

Quanto menos tempo a sociedade precisa para produzir trigo, gado etc., tanto mais tempo ganha para outras produções, materiais ou espirituais. Da mesma maneira que para um indivíduo singular, a universalidade de seu desenvolvimento, de seu prazer e de sua atividade depende da economia de tempo. **Economia de tempo, a isso se reduz afinal toda economia.** Da mesma forma, a sociedade tem de distribuir apropriadamente seu tempo para obter uma produção em conformidade com a totalidade de suas necessidades; do mesmo modo como para o indivíduo singular, tem de distribuir o seu tempo de forma correta para adquirir conhecimentos em proporções apropriadas ou para desempenhar suficientemente as variadas exigências de sua atividade. Economia de tempo, bem como distribuição planejada do tempo de trabalho entre os diferentes ramos de produção, continua sendo também a primeira lei econômica sobre a base da produção coletiva (MARX, 2011, 180/1285, grifo meu).

Nunca trabalhamos tanto como nesse modo de teletrabalho. Parafraseando Freire, somente com a tomada de consciência sobre este tempo histórico é que poderemos alterar as relações de trabalho superando as relações de opressão e garantindo nossa emancipação no que se refere à produção da existência. Ora, se economia de tempo é



economia, então é urgente repensarmos as relações de trabalho em tempos pandêmicos, já que são outros tempos, outra economia se faz necessária.

Referências bibliográficas

- COHN, Gabriel. O tempo e o modo: temas de dialética marxista. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 33-60, abr. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752016000100033&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 de novembro de 2020.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- MARX, **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011 [livro eletrônico].
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.
- PRADO, Eleutério. **Desmedida do valor**: crítica da pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.
- POSTONE, Moishe. Repensando o capitalismo e seus futuros. **Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 22, Ano XI, out. 2016. Disponível em <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/336>. Acesso em 09 de novembro de 2020.
- POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

Ofélia Maria Marcondes

filósofa e pedagoga. Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP).

Atua como docente nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal de São Paulo

(IFSP), Câmpus Registro. Líder do grupo de pesquisa Mandacaru: educação e

filosofia: < <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4273081596423963> >.

ORCID: < <https://orcid.org/0000-0002-2775-2785> >.

Plataforma Lattes: < <http://lattes.cnpq.br/3976550232672957> >.